

BRASILIANAS

Matheus H Souza/Agência Brasília

WILLIAM FRANÇA



O DF registrou 20.236 casamentos civis em 2024

DF em 2024: mais divórcios e casamentos; e mais nascidos

O Distrito Federal viveu em 2024 um ano marcado por transformações demográficas e sociais. Segundo as Estatísticas do Registro Civil do IBGE, a capital federal registrou queda histórica nos nascimentos, crescimento expressivo nos casamentos e manteve uma das maiores taxas de divórcio do Brasil.

Os dados revelam um retrato social complexo: menos crianças nascendo, mais casamentos sendo celebrados e divórcios em patamar elevado. O DF se destaca nacionalmente por adiar a maternidade, manter altas taxas de nupcialidade e figurar entre os líderes em dissoluções conjugais.

Especialistas apontam que esses números refletem mudanças culturais e econômicas: casais se casam mais tarde, têm filhos em idade avançada e se separam mais rápido. O Brasil, como um todo, segue a mesma direção, mas o Distrito Federal aparece como um dos casos mais emblemáticos dessa transição.

O Distrito Federal registrou 33.171 nascimentos em 2024, número que representa uma queda de 6,4% em relação a 2023 e consolida a tendência de retração observada pelo sétimo ano consecutivo.

Wey Alves



Os sócios da Mercato, Antonio Aversa e Roberto Corrieri

Galeria Mercato ganha novo espaço

A Mercato Galeria celebrou, no último sábado, 6 de dezembro, um marco em sua trajetória com a apresentação oficial da Mercato Objeto, novo espaço dedicado a peças garimpadas, objetos de arte e itens de mesa posta de alto padrão. Cerca de 100 convidados estiveram presentes no brunch exclusivo que marcou essa transição e reforçou o posicionamento da galeria como referência em arte, design e antiguidades em Brasília.

A novidade chega em um momento especial: o lançamento ocorre às vésperas de a galeria completar dois anos.

Idealizado pelos sócios Antonio Aversa e Roberto Corrieri, o novo ambiente nasce com o propósito de valorizar objetos que unem estética, história e funcionalidade. A curadoria inclui peças raras e colecionáveis, como louças alemãs do século XIX, porcelanas Meissen, Limoges, Cia das Índias, Vista Alegre portuguesa, taças de cristal Baccarat, além de esculturas e objetos.

Aqui, 2ª maior taxa de nupcialidade

O DF registrou 20.236 casamentos civis em 2024, um crescimento de 7,5% em relação a 2023. O aumento foi bem superior à média nacional, que ficou em apenas 0,9%.

A taxa de nupcialidade legal, que mede o número de casamentos por mil habitantes em idade de se casar, foi de 8,4 no DF, a segunda maior do país, atrás apenas de Rondônia (8,9). A média nacional foi de 5,6.

Outro destaque é o avanço das uniões homoafetivas. Foram 304 registros em 2024, alta de 19,7% sobre o ano anterior e o maior número desde que o Conselho Nacional de Justiça regulamentou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2013. Entre essas uniões, 62,2% ocorreram entre mulheres.

A idade média ao casar também revela diferenças: homens solteiros se casaram aos 31 anos, mulheres aos 29,1.

Entre casais do mesmo sexo, os homens se casaram mais tarde (34,7 anos) do que as mulheres (32,3).

Divórcio: 2ª maior taxa do país

Em 2024, o Distrito Federal registrou 8.461 divórcios, número que representa uma queda de 8% em relação a 2023, mas ainda é o terceiro maior valor da série histórica iniciada em 2009.

A taxa geral de divórcios foi de 3,8 por mil habitantes com 20 anos ou mais, a segunda maior do país, atrás apenas de Rondônia (4,9). A média nacional ficou em 2,7.

O tempo médio de duração dos casamentos até o divórcio foi de 12,9 anos, pouco abaixo da média nacional (13,8). Quase metade das uniões (49,5%) durou menos de 10 anos.

Entre os arranjos familiares, 53,9% dos divórcios envolveram casais com filhos menores de idade. Nesse contexto, a guarda compartilhada tem crescido de forma consistente: em 2014, representava apenas 10,4% dos casos; em 2024, chegou a 64,5%, refletindo os efeitos da Lei nº 13.058/2014.

As faixas etárias mais comuns para divórcio foram entre 35 e 44 anos, tanto para homens quanto para as mulheres.



Demanda por creche caiu 94% em seis anos

GDF promete zerar fila da creche até 2026

Governo está construindo nova regulamentação

Thamiris de Azevedo

A secretária de Educação do DF, Hélvia Paranaguá, afirma ao Correio da Manhã que o Governo do Distrito Federal pretende zerar as filas das creches públicas até 2026, sem detalhar se a medida ocorre no primeiro ou no segundo semestre.

“Estamos muito perto de assegurar que nenhuma criança fique sem creche no Distrito Federal. Isso é mais do que uma meta administrativa, é um compromisso com o futuro das nossas famílias. Quando oferecemos uma vaga de qualidade, em tempo integral, damos tranquilidade para as mães trabalharem, geramos oportunidades iguais desde cedo e construímos um DF mais justo”, declara.

Redução de 94%

Atualmente, segundo a pasta, 38,6 mil crianças estão matriculadas. Em seis anos, o déficit caiu de cerca de 24 mil crianças para aproximadamente 1,5 mil, representando uma redução de 94%.

Desde 2019, o DF inaugurou 26 novas creches, enquanto outras oito unidades estão em construção nas regiões do Paranoá Parque, Guará, Riacho Fundo II, Lago Norte, Recanto das Emas e Planaltina, além de novas estruturas previstas para Colônia Agrícola

São José/Núcleo Rural Rio Preto e Taquari. Todas seguem o padrão de atendimento em tempo integral, com permanência de até 10 horas por dia, alimentação, acompanhamento pedagógico e atividades adequadas à primeira infância.

Cartão-creche

A secretária também destaca outro fator que contribui para a redução da fila: a ampliação do Cartão-Creche, programa que garante vagas em instituições privadas conveniadas. Desde 2021, o número de beneficiários quase dobra, passando de pouco mais de cinco mil crianças para cerca de dez mil em 2025. Para incentivar a adesão de novas instituições, o valor do benefício aumenta em até 60% neste ano, conforme a idade da criança.

Além de ampliar a oferta, Paranaguá afirma que o Governo do Distrito Federal revisa a gestão da lista de espera. A Secretaria de Educação mantém diálogo com o Ministério Público para elaborar uma regulamentação que corrige distorções que inflavam a fila, como recusas sucessivas de vagas por diversos motivos, desde inscrições feitas antes da criança completar 4 meses, idade mínima para ingresso, até a oferta de vaga em unidades que não atendem à preferência da família.